

MANIAS E CAMPANHAS DE UM BENEMÉRITO

BREVE NOTA SOBRE O DR. PEREIRA BARRETO E O POSITIVISMO NO
BRASIL, EM RESPOSTA A LUIZ ANTONIO DE CASTRO SANTOS

Paulo Eduardo Arantes

Se entendi bem, a principal objeção de Luiz Antonio de Castro Santos à formulação muito esquemática que tentei dar ao problema do Positivismo no Brasil, poderia ser resumida mais ou menos nos seguintes termos: deixando de lado o decalque doutrinário dos irreduzíveis do Apostolado, não é verdade que o ideário positivista, encarnado sobretudo pelos heterodoxos e pragmáticos comtianos paulistas, tenha corrido por uma pista inexistente e ainda por cima com o sinal trocado; pelo contrário, o que mais ressalta nesse grupo é a perfeita "sintonia com os interesses materiais da república oligárquica", superlativamente espelhados nos princípios da Filosofia Positiva, verdadeiras armas de campanha com que "municipiaram a nascente elite agrário-exportadora e industrial".

Se isso fosse inteiramente verdade, a história intelectual do Brasil perderia metade do seu interesse — para dizer o menos —, sobretudo o comparativo, e toda a sua graça, que não reside por certo no exotismo, mas na ironia ao quadrado em que se resolve nossa sempre lembrada (por Paulo Emilio) incompetência criativa em copiar. O que fazer? Como não posso me explicar por extenso, concentro-me num traço fisionômico da figura do Dr. Pereira Barreto, em torno da qual gira o argumento de Luiz Antonio em favor da vida à européia que o Positivismo levou no Brasil.

Observando que para um espírito prático como o do médico de Jacaréí, o Positivismo foi muito mais uma questão de método científico do que elucubração especulativa — uma distinção tão ao gosto de João Cruz Costa, que interpretou nessa linha os sucessos da Filosofia Positiva no Brasil —, Luiz Antonio passa em revista a folha de serviços de um ho-

mem público verdadeiramente preparado e devotado à causa da regeneração do país, um benemérito em campanha permanente, nos limite é claro do que lhe facultava a engrenagem estrita da patronagem política. Um mandarim do PRP, sem dúvida, porém um ativo reformador cujo positivismo não se resumiria, sem injustiça, a simples "pavonada e alarido" para "francês ver".



Não direi que não, mas continuo achando que a panacéia positivista, se pesou em tudo isso, pesou segundo uma lógica própria, ainda por definir, com a qual certamente atinará quem se dispuser a refazer a história do Positivismo no Brasil do ângulo do funcionamento mental que procurei sugerir em meu pequeno estudo, um dispositivo singular do qual o leitor logo disporá da anatomia completa ao encerrar-se o ciclo machadiano de Roberto Schwarz¹. Nesse sentido, a Teoria da Transigência, esboçada pelo nosso benemérito num momento de real verve filosófica — e cujo principal teorema declara que passamos a vida a transigir com filosofias e preconceitos como transigimos com chapéus e gravatas —, terá sido contribuição mais notável para o entendimento da revelação brasileira da Máquina do Mundo do que o Sistema de Auguste Comte, sob a égide do qual, enfurecendo com razão o Conselheiro José Bonifácio, forjou-se até mesmo a união política de Jacareí, uma aliança ecumênica entre republicanos, conservadores e dissidentes liberais para as eleições de 1878².

(1) Cf. O PS. desta Nota.

Na linha dessas idiosincrasias, acompanhemos por um momento a marcha de um *espírito positivo*, surpreendido em plena campanha de fomento à viticultura nacional. Luiz Antonio preferiu ver estampada neste exemplo a preocupação do Dr. Pereira Barreto — toda ela ciência positiva e progresso — "em controlar os micróbios que davam nas vinhas, desenvolvendo novas variedades que se adaptassem às nossas condições". O que é fato, mas parece não ser tudo.

(2) O leitor encontrará abundante literatura barretiana na *Evolução do Pensamento de Pereira Barreto*, de Roque Spencer Maciel de Barros, Grimalbo, São Paulo, 1967. Sobre a união política de Jacareí e a filosofia de Auguste Comte, cf. *op. cit.*, p. 131.



Cruz Costa ainda chegou a conhecer o "simpático velhinho", por volta de 1917, ouvindo-o discorrer fervorosamente sobre o futuro da viticultura na região de Jundiáí. Um tal empenho de vida inteira num país de veleitários dá o que pensar. Fibra modernista, cálculo econômico, clarividência de estadista, obsessão de cientista? Seja o que for, nada que se assemelhe ao combate titânico de um David Séchard, herói balzaquiano toma-

do pelo *ethos* humanitário da Ciência que o consome na pesquisa de métodos revolucionários na fabricação do papel.

Remontemos à origem de todos os nossos males. Sendo homem instruído, de verniz positivista e pés no chão, naquela quadra difícil de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o Dr. Pereira Barreto era antiabolicionista — isto é, inimigo da retórica sentimental jusnaturalista —, adepto da agricultura científica e sobretudo partidário da "emigração espontânea", ao contrário dos grandes fazendeiros que viam no colono, como ele mesmo dizia quando polemizava, o mero substituto do negro do eito, e por isso queriam uma "emigração dirigida" (pelo Estado), por assim dizer aberta aos pobres do mundo inteiro, de qualquer raça e cor. Para desconsolo de nosso cidadão benemérito, que já nos via eternamente condenados a ser o lugar de despejo dos refugos do mundo. Quando afinal nos desafrikanizaríamos e retornaríamos ao tronco europeu, se os nossos homens mais adiantados "continuam a ter por ideal na lavoura uma longa fila de enxadas assalariadas carpindo, de coração oprimido, os monótonos cafezais"? Ora, monocultura cafeeira e escravidão negra andam juntas, além do mais, o Dr. Pereira Barreto estava convencido de que não se resolveria a questão do trabalho sem a simpatia da Europa, sem a qual continuaríamos o "vituperio delle gente". Era preciso colonizar, mas como atrair a emigração espontânea do europeu se o café é planta que não coloniza? Procurando-se outra planta, penhor de nosso embranquecimento.

Foi então que principiou a campanha da viticultura nacional. Coisa de lunático? O fato é que Pereira Barreto acabou subordinando o futuro da emigração espontânea ao sucesso da cultura da vinha. No dizer de um contemporâneo, o café e a borracha nos rebaixavam à categoria de país inóspito para a raça branca; nada mais indicado para desfazer a pecha infamante do que apresentar "algo demonstrativo", já pela própria eloquência clássica, da nossa compatibilidade com o solo mesmo que vira nascer a civilização ocidental. Esgrimindo certa vez com os abolicionistas, o nosso simpático velhinho mostrara sem o menor constrangimento o cadáver no armário: indignam-se esses amigos da demasia verbal por estarmos a cavalo sobre o negro; aí a desgraça, não poderemos trocar de montaria, por uma menos empacadora, menos manhosa³. Mais uma vez, esse o centro da campanha benemérita de um espírito arejado que procurava na ciência positiva o princípio de reerguimento físico e mental do país: as relações sociais de produção podem continuar de arrear, desde que o bom vinho de cepa européia que iremos fabricar no Brasil apague da memória o negro que ainda há pouco cavalgávamos. A vinha não é portanto uma planta qualquer, é a própria civilização. Nem um negócio como outro qualquer, essa batalha para colher em nossa terra, não os cachos rústicos da uva Isabela, mas os filhos das mais nobres castas do Velho Mundo.

Mal comparando, tudo se passa como se o grande prócer do peer-repismo procurasse restaurar no coração do nosso prosaico oitocentos a harmoniosa ficção arcádica estudada por Antonio Candido, quando então

(3) *Apud* Paula Beiguelman, *Formação Política do Brasil*, Pioneira, São Paulo, 1976, p. 160, n. 29.

a convenção literária dominante funcionava a nosso favor, "realizando o voto mais profundo dos brasileiros instruídos", ao permitir que nossas bre-nhas e sertões comunicassem espiritualmente, sem artifício, com a cultura do Velho Mundo. Em favor do suposto gosto arcádico temporão do amigo de Dona Veridiana Prado — por ele considerada sua única discípula e aliada na campanha da viticultura nacional⁴ —, falaria quem sabe até mesmo seu horror de cosmopolita vexado por uma das conseqüências literárias daquela convenção pastoral, o indianismo romântico, por sublimar o que julgava matéria imprópria para qualquer estilização. Assim, fustigando uma vez mais os sintomas do mal superior brasileiro — hibridismo, inibição mental etc. —, faz proceder dessa fonte o "mórbido e monstruoso ideal que nos conduziu à poetização dos bugres, aos romances sobre bugres, às estátuas com bugres e aos idílios aos sabiás". Seja como for, os tempos já não permitiam mais botar ninfas no Ribeirão do Carmo. Não obstante, Pereira Barreto teimava na prova dos noves de todos os transplantes, o da melhor vinha européia, que aqui encontraria finalmente sua verdadeira pátria — "nossa viticultura, hoje, é superior à da Europa; a higiene suprimiu os climas" —, como outrora "a imarcescível hera, o verde louro" cresceram à margem bárbara de nossos rios.

(4) Cf. Roque S.M. de Barros, *op. cit.*, p. 223.

☆☆☆

Uma campanha portanto que na origem mobilizava os mais diversos interesses e propósitos: uma política de substituição da força de trabalho; um empreendimento de agricultura científica; um projeto de constituição nacional através do embranchamento de um corpo social ainda indefinido. No centro, a emblemática vinha redentora. Campanha pela regeneração do país tendo como horizonte as formas modernas de enquadramento social, ou devaneio compensatório? Não há como dissociá-los: o bom êxito desses empreendimentos progressistas encimados por acessos de bovarismo dependia justamente de tal amálgama. Com o passar dos anos e a persistência da obsessão, é possível que tenha ficado só a mania mesmo, suplemento natural e antitético de nossos ímpetos veleitários. O demônio é familiar, do emplasto Brás Cubas ao petróleo de Monteiro Lobato. E quem não ouviu falar de algum parente meio pancada, meio cientista amador de talento, magnânimo inventor de certa bolacha que mataria a fome crônica do povo brasileiro, proeza sem dúvida destinada a repercutir lá fora, não fosse o "indiferentismo enervador de nosso meio ambiente"?

☆☆☆

— Mais uma vez temo a manobra diversionista. Com essa história de campanha cívico-helênica com ares de festa da uva é bem possível que, abusando do símile, você tenha procurado insinuar a idéia de que no fundo o tônico positivista do nosso simpático velhinho não passava de vinho francês, concedendo entretanto a Paul Arbousse-Bastide o paradoxo de um vinho que *battait son plein* aberto em clima impróprio.

— Não tive essa intenção. E para provar minha boa fé, pensei até em lhe oferecer uma ocasião de complicar minha vida. Veja se não é o caso. Salvo engano, entre tantos desencontros, pude observar uma convergência maior, ainda que efêmera. Você me concede pelo menos a lembrança oportuna de associar o destino meio esdrúxulo do positivismo brasileiro às peripécias de nossa *modernização conservadora* (e periférica), uma concessão sem reticências, imagino, pois me faz o favor de adotá-la como uma evidência visível a olho nu. A propósito, é bom lembrar que o palpite me veio da leitura de um dos livros de Luciano Martins sobre Estado e industrialização no Brasil: procurando pensar a passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial, sob a égide de uma coalizão autoritária das elites em torno do aparelho de Estado, o Autor, tendo como quadro histórico-conceitual de referência o modelo de modernização conservadora proposto por Barrington Moore, dá como horizonte ideológico desse longo ciclo justamente o abre-te-sésamo positivista "ordem e progresso". Fica mais difícil acompanhá-lo, no entanto, quando Luciano Martins baixa do céu das idéias para o pormenor do dia-a-dia ideológico, afirmando que o Positivismo fornecera aos nossos homens de mando do século passado as razões de que careciam para conciliar modernização e elitismo — fórmula que se repetirá nos anos 30 com o corporativismo⁵. Esta também é a sua opinião, acrescida do corolário de que o transplante ocorreu sem maiores tropeços. E é onde tornamos a nos separar e começam as minhas dificuldades. Pois como pude, com efeito, sugerir o parentesco em questão, mesmo frouxo, e por outro lado, prevenir o leitor francês acerca da aclimação descalibrada das idéias de Comte no Brasil? Enquanto rumino a resposta que ficarei devendo, observo que a intenção do meu sumaríssimo panorama para estrangeiros era comparativa. Aliás segundas intenções: entre outras, mostrar que a observação da vida ideológica desfocada de nossas elites encharcadas de positivismo permitiria entender melhor (do que a vulgata francesa correspondente) o funcionamento das idéias de Comte no seu próprio quadro de origem. Sei que esse tipo de raciocínio, privando-nos do privilégio da falsa consciência à européia, costuma ferir os brios da crítica progressista. Mas como você acaba de ver, mesmo com o Positivismo de pernas para o ar, não havia o que temer, pois Jacaré também falava para o mundo.

(5) Cf. Luciano Martins, *Pouvoir et Développement Economique: Formation et Evolution des Structures Politiques au Brésil*, Anthropos, Paris, 1976, p. 117.

P.S. — Relendo o artigo em que meus equívocos foram tão generosamente assinalados, não posso deixar de verificar que os mal-entendidos continuam se avolumando, mesmo depois da polêmica em torno do *lugar das idéias* ter saído há um bom tempo de cartaz. Como os problemas reais têm vida curta entre nós, acabam mal e mal sobrevivendo na forma longa da implicância, da querela congelada. Temo que Luiz Antonio de Castro Santos tenha sido vítima de alguns deles. Ao tomar, por exemplo, *fora do lugar* como sinônimo de ornamental, não só toma uma parte pelo todo, mas a transpõe sem mais do antigo todo a que pertencia para o novo em que ganha nova dimensão. Explico-me, ou melhor, parafraseio Roberto Schwarz: a denúncia do caráter ornamental que a vida mental assumiu entre nós, desde os tempos da Colônia, e a sua conseqüente degradação a funções de prestígio e distinção, sempre foi um ponto de honra de nossa crítica culturalista. Passando a limpo aquele estigma nacional, Roberto revelou-lhe a dissonância íntima, onde havia marca de fidalguia, havia também mal-estar — numa palavra, o ornamental, sem deixar de sê-lo, tornava-se indescartável. E assim por diante. Noto ainda que Luiz Antonio tende a empregar o conceito (como diriam os finados althusserianos) de *idéia fora do lugar*, por certo com simpatia e algum ecletismo, como se fosse um "teste", pelo qual passam ou não passam as candidatas à ideologia de primeiro grau: as sérias, que efetivamente contribuíram para a formação de nossa ordem burguesa, são aprovadas; as levianas, simples curiosidade de letrado ocioso, levam bomba. As primeiras estariam no lugar, as outras não, se é que têm algum. Outro efeito do automatismo mencionado linhas acima. Com o passar dos anos — quando não desde o início — perdeu-se de vista a ironia do título de Roberto, quase sempre tomado ao pé da letra: ora, ele sugeria justamente que no *Brasil, as idéias fora do lugar nunca estiveram de fato fora do lugar*. Até porque, mesmo quando representam abstrações do processo social a que se referem, as idéias nunca estão exatamente no lugar, haverá sempre um descompasso entre forma e pressuposto prático, sem o qual não seria possível sequer pensar. Era mais ou menos isso o que os clássicos queriam dizer quando afirmavam que nem tudo era ideológico na famigerada ideologia burguesa.

Paulo Eduardo Arantes é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP. Já publicou nesta revista "O Positivismo no Brasil" (Nº 21).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 22, outubro de 1988
pp. 199-204
